

# Inflação agora dita ritmo da sucessão



Depois da Paulipetro, que não achou petróleo, Maluf aderiu à desestatização

Cesar Fonseca

A sucessão presidencial caminhará a partir de agora no ritmo da flutuação do processo inflacionário — ou seja, indefinido — porque o próprio governo reconheceu na quinta carta ao FMI que a inflação, em função das medidas adotadas para combatê-la, “deveria” cair dos atuais 230% para menos da metade, mas como ela está “enraizada” e é elevado o grau de indexação da economia, será preciso “cautela” na previsão dos números, razão pela qual deverá se tornar tema dominante na pregação dos presidencialistas num clima político em que se cogita até da divisão de poderes, presumidamente sugerida pelo próprio presidente através de projeto de emenda à constituição, entre o Executivo e o Legislativo em matéria financeira e tributária.

O governo não pode se comprometer com uma meta específica de redução da inflação porque a economia vive no momento, segundo o professor de economia da UnB, Lauro Campos, uma contradição perigosa, pois na medida que reduz o déficit público principalmente com a retirada dos subsídios aumentam os preços e, consequentemente, a inflação.

A participação do estado brasileiro na economia chegou ao limite, ressaltou Lauro, ao provocar um déficit público de 17% do PIB graças a concessão de subsídios de toda a natureza aos investimentos e ao consumo, mas a sua “descolagem” do processo de forma acentuada como exige o FMI através da supressão dos subsídios representa maiores custos para as atividades econômicas em geral.

A retirada prevista do subsídio ao trigo, a partir do segundo semestre, trará inevitavelmente o aumento de preços dos seus derivados, assim como a prevista, a partir do próximo ano, “descolagem” do estado da atividade açucareira — depois de 50 anos de presença ativa — também aumentará os custos do setor que serão repassados aos preços na medida que o governo deixar de bancar os custos de armazenagem, transportes e subsídios para cobrir a defasagem entre os custos de produção entre as regiões centro-sul e norte-nordeste.

Essa “descolagem” é mais dolorida ainda, resalta Lauro Campos, na medida em que se dá numa economia há três anos em recessão, enfrentando simultaneamente crise no setor de bens de produção — a ociosidade do setor industrial atinge 70% em alguns casos, nos bens de capital, por exemplo —, no setor de bens de consumo — a política de arrocho salarial provocou queda de 7% nas vendas do comércio — e agora a crise do estado como principal agente de demanda da economia, a saída encontrada pela economia capitalista depois do crack de 1929, com a utilização do modelo keynesiano — “no Brasil, esse modelo esgotou-se com o déficit público atingindo 17% do PIB, porque para financiá-lo o sistema financeiro exige uma alta taxa de juros insuportável pelo sistema econômico”.

A conjugação simultânea dessas três crises — de produção, de consumo e do Estado como carro-chefe da economia —, resalta Lauro, requer alterações mais complexas do sistema econômico do que as que exigem o FMI pois estas são destinadas a debelar apenas uma das crises, a do modelo estatal de demanda, e não as duas outras que sob efeito da recessão acumulada se agrava com a queda nas vendas e na taxa de lucro das empresas.

O alegado desconhecimento do “fenômeno novo” vivido pela economia brasileira atualmente, destacado há alguns meses pelo ministro Leitão de Abreu em um jantar na casa do deputado Israel Pinheiro Filho — somente o JBr deu destaque para o fato na primeira página —, em que reconheceu que a teoria econômica não explica o que está acontecendo no Brasil — posteriormente o ministro Ernane Galvêas alegou o mesmo argumento — decorre, justamente, segundo Lauro Campos, do diagnóstico parcial feito para combater a crise.

“São várias crises inter-agindo simultaneamente e um remédio para solucionar uma delas não vai solucionar as outras e muito menos a que se quer combater”, disse, e em razão disso, o remédio utilizado, o monetarismo ortodoxo, dificilmente debelará a crise global que se assemelha, no Brasil, à crise de 1929, quando ocorreu a simultaneidade do debacle dos bens de produção e de consumo — “em 29 os EUA produziram 3,5 milhões de automóveis, mesmo número produzido 50 anos depois, em 1980. A situação começou a melhorar no governo Roosevelt, que com seus famosos “atos de Reforma” colocou o Estado norte-americano para demandar, fazendo-o ultrapassar a sociedade de consumo que deixou de ser, a partir da então, a alavanca do processo capitalista, graças ao poder de emissão estatal que substituiu o sistema monetário baseado no ouro”.

Dessa forma, a impossibilidade de o governo se comprometer com uma taxa específica de inflação para este ano se explica justamente pela convergência das diversas crises que atuam sobre a economia e desconhecimento do limite provocado por suas consequências destrutivas que agirão paralelas à crise do comércio e das finanças internacionais — “de 1964 a 1973, o plano de estabilização aplicado por Roberto Campos reduziu a inflação de 90 para 12% (segundo Delfim) e 23% (segundo Simonsen), mas a participação do estado na economia era infinitamente inferior ao momento atual e o regime político era forte por ser jovem e cheio de autoridade, enquanto hoje ele ficou velho, contestado e desacreditado — tanto que precisa do aval do FMI para levantar dinheiro nos bancos — as autoridades dificilmente reprimirão aquela façanha”.

Lauro Campos acha impossível “acabar” com a inflação como prometeu no “Bom dia Brasil”, da Globo, na última quarta-feira, o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, porque a inflação é a razão de ser do modelo econômico em vigor, “como ficou provado a partir de 1973 quando novamente foi utilizada para promover o crescimento até que os bancos colocaram um ponto final e exigiram aval do FMI porque o governo não tinha mais autoridade política para adotar soberanamente um plano rígido de estabilização”.

O governo, disse, pode “combater” taxas de inflação, mas não “acabar” com a inflação e irá reduzi-la com a aplicação das medidas em vigor para um patamar relativamente muito superior aos 12% (segundo Delfim) e 23% (segundo Simonsen) para novamente utilizá-la como motor do crescimento, mas não no setor industrial cuja capacidade de demanda é superior à de consumo da população, e sim no setor agrícola que responde mais rapidamente aos incentivos.

A participação relativa do estado na economia hoje é muito superior à 1964, portanto, os gastos do governo não podem ser reduzidos na proporção reivindicada pelos monetaristas ortodoxos senão a economia passará do resfriamento atual para o congelamento, pneumonia e morte. Reduzida a esse novo patamar relativo — que Campos estima superior a 100% —, novamente a inflação será acionada, “por ser ela, segundo Keynes, o pai do modelo keynesiano, a unidade das soluções”.

Não é à toa que, sufocado pelas dívidas estaduais e impossibilitado de recorrer ao poder de emissão dos bancos estaduais — agora proibido pelo FMI — para movimentar a economia e gerar emprego, o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, receoso do desfecho da caminhada paralela da sucessão presidencial na base indireta com a recessão, tem insistido “que chegou a hora de reviver Keynes”.